**LAURÊNCIA FERNANDA DE OLIVEIRA GAMA COSTA**

# PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA BAHIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 80.

SALVADOR

2005

**LAURÊNCIA FERNANDA DE OLIVEIRA GAMA COSTA**

# PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA BAHIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 80.

Versão definitiva do trabalho monográfico apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. José Murilo Philigret Baptista

SALVADOR
2005

Ficha catalográfica elaborada por Valdinea Veloso CRB 5/1091

Costa, Laurência Fernanda de Oliveira Gama

C 837 Planejamento governamental na Bahia e seus desdobramentos na atividade agropecuária - uma análise a partir das principais mudanças ocorridas na década de 80/ Laurência Fernanda de Oliveira Gama Costa. — Salvador: 2005

49 p.

Monografia (graduação) Economia FCE/UFBA

Orientador: Prof. José Murilo P. Baptista

1. Planejamento Governamental – Bahia
2. Agropecuária 3. Economia – Bahia I. Autor

CDD 330.109

A todos que lutaram. Àqueles que ainda acreditam. Àqueles que sempre esperam. Mas, principalmente, àqueles que podem fazer.

**AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus. Pela persistência em continuar. Pelo amor a esta terra – Nordeste, principal razão deste trabalho.

À minha família, por sempre acreditar em mim.

O meu profundo agradecimento à atenção e dedicação do meu orientador, que soube desempenhar muito bem esta função.

A todo o pessoal da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, tão atenciosos e prestativos.

Aos autores que, com seus conhecimentos, contribuíram para a construção dos meus.

A todos que se envolveram direta e/ou indiretamente com este trabalho, o meu "muito obrigada".

## RESUMO

O objetivo geral deste tema é estudar a atuação do Governo do Estado da Bahia na esfera do planejamento e seus desdobramentos no setor agropecuário a partir da década de 80. Partindo do estudo do planejamento e da caracterização do setor supra citado, este trabalho evidenciará os instrumentos de intervenção estadual, o perfil da mão-de-obra e o crescimento do agronegócio no estado.



**Palavras-chaves**: Planejamento; agropecuária; economia baiana.

**SUMÁRIO**


1 **INTRODUÇÃO** 8

2 **MARCO REFERENCIAL**
2.1 INTRODUÇÃO 11
2.2 PLANEJAMENTO E INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL 12
2.3 CONCEITO DE PLANEJAMENTO 15
2.4 PLANEJAMENTO NO BRASIL 18
2.5 PLANEJAMENTO NA BAHIA 24

3 **PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA** 30

4 **EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO BAIANO** 32
4.1 INTRODUÇÃO 32
4.2 AGROPECUÁRIA BAIANA A PARTIR DOS NAOS 80 34

5 **INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NO SETOR AGROPECUÁRIO** 36
5.1 INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO 38
5.2 PERFIL DA MIGRAÇÃO E DA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA 40
5.3 A FORÇA DO AGRONEGÓCIO 43

6 **RESULTADOS E DESCOBERTAS** 47

7 **CONCLUSÕES** 48

**REFERÊNCIAS** 50

# 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente a idéia era estudar planejamento e economia baiana, interesse que surgiu quando cursei as disciplinas “Política e Planejamento Econômico” e “Formação e Análise da Economia Baiana”. A partir de uma releitura do que foi trabalhado nestas duas disciplinas e nas leituras que se iniciaram em TPE, o assunto passou a ser delimitado e optou-se por estudar o período de implantação do sistema de planejamento na Bahia, de 1950 a 1960. Os objetivos iniciais abrangiam o estudo da CPE e a ideologia do planejamento no estado.

Como a literatura selecionada com o auxílio do interlocutor – Prof. José Murilo Philigret Baptista – além de abranger os aspectos conceituais do planejamento, abrangia também o sistema de planejamento no Estado da Bahia a partir da década de 50, verificou-se que uma alteração na delimitação cronológica da pesquisa possibilitaria o levantamento de questões atuais mais relevantes. Assim, o novo período escolhido como marco inicial de análise foi a década de 80, o que torna o tema atual e amplia as possibilidades de contribuição que este estudo pode vir a ter.

O tema apresentado no projeto de pesquisa foi “A questão do planejamento econômico do Governo do Estado da Bahia – uma análise a partir das principais mudanças ocorridas na década de 80”. Como o processo de pesquisa é dinâmico, as leituras e discussões com o orientador levaram à inserção de um novo elemento ao campo de observação – os desdobramentos da política governamental baiana na atividade agropecuária. Este fato torna o tema mais específico e facilita também o processo da pesquisa.

O objetivo geral deste tema é estudar a atuação do Governo do Estado da Bahia na esfera do planejamento e seus desdobramentos no setor agropecuário a partir da década de 80, quando novos determinantes, como a crise do Estado e a falência do modelo de substituição de importações, vão interferir no papel do Estado e transformar sua atuação.

A abordagem deste estudo estará, portanto, centrada no papel do Estado, tendo em vista que a decisão pelo planejamento implica em custos menores do que pelo não planejar. Esta decisão também possibilita a redução das incertezas futuras e propicia ao setor privado melhores condições para o cálculo econômico.

Sendo assim, os objetivos específicos a serem alcançados, com vistas à operacionalização da pesquisa, serão:

a) Estudar as principais mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 80 que vão influenciar a formatação da matriz produtiva baiana.
b) Caracterização do planejamento em seus níveis federal e estadual, comparando o período pós anos 80 com o anterior.
c) Estudar a evolução dos traços principais que caracterizam a economia baiana, especialmente no que tange à atividade agropecuária.
d) Investigar quais são os instrumentos atuais que o governo estadual dispõe para viabilizar seus planos no setor agropecuário.

A parte inicial deste trabalho, o Capítulo 2, refere-se ao Marco Referencial e tratará das raízes do planejamento de estado, sua conceituação e apresentará um breve esboço de sua caracterização no Brasil e na Bahia, bem como aspectos econômicos e políticos dos mesmos.

No Capítulo 3 serão levantados o problema central, que direcionou o curso da investigação científica, e as hipóteses e variáveis que ajudaram na elucidação do problema. Será evidenciada também a metodologia utilizada durante a pesquisa, destacando-se o tipo de pesquisa feita.

Pensou-se em incluir nesta monografia uma determinada atividade agropecuária que pudesse servir de exemplo de como se dá a atuação do governo estadual no setor. A

carcinicultura surgiu então como forte candidata a este papel. Entretanto, ao repensar os objetivos deste trabalho, a autora não relutou em reunir tamanha heterogeneidade apresentada pela agropecuária baiana, ao invés de abordar uma atividade específica. O que se pretende é estudar a natureza da intervenção do governo estadual, sem deixar de lado as universalidades. Não foram, portanto, seguidas aqui as orientações de Graziano da Silva (1996), que recomenda estudos de casos para se compreender a diversidade da agropecuária nacional.

O Capítulo 4 abordará o novo elemento inserido ao campo de observação temático – o setor agropecuário baiano, destacando sua importância. A atuação do governo estadual junto a este setor será objeto do capítulo 5, destacando-se aí o agronegócio.

Os resultados e descobertas da pesquisa serão apresentados no Capítulo 6 e por fim o Capítulo 7 apresentará as conclusões da mesma.

# 2 MARCO REFERENCIAL

## 2.1 INTRODUÇÃO

A partir das considerações expostas, buscou-se verificar que teorias poderiam auxiliar o processo de pesquisa. Os trabalhos teóricos relativos ao Estado Capitalista e à abordagem Cepalina apresentam-se como um arcabouço extremamente útil para a elucidação do problema levantado.

A Teoria do Estado Capitalista, principalmente com os fundamentos do Capitalismo Monopolista de Estado, ajudará a caracterizar o Estado como instrumento econômico dentro do sistema capitalista.

A Teoria Cepalina e o seu arcabouço sobre o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos fornecerão subsídios para compreender como ocorre a inserção do Brasil dentro do contexto internacional e como as políticas internas se relacionam com este.

Toda esta reflexão está fundamentada na leitura e análise da bibliografia levantada. Vários autores contribuíram para a delimitação do tema e para o levantamento de questões surgidas até agora.

O primeiro título adotado foi fortemente influenciado pelas leituras feitas ainda no curso da disciplina “Formação e Análise da Economia Baiana” e que foram revistas no início do curso de TPE após a leitura da Dissertação de mestrado de Celeste Baptista. Os conceitos utilizados por esta autora ajudaram na definição dos elementos que compõem o campo de observação temática.

As leituras seguintes contribuíram para a construção do referencial teórico. Batista, Kaplan e Kliass proporcionaram subsídios para entender melhor a inserção do Brasil no cenário internacional, assim como a ideologia neoliberal. Os textos de Avena e Gomes tratam principalmente da economia regional nordestina e baiana, sendo o último rico em questionamentos, possibilitando reflexões a respeito da atuação do governo federal nesta região.

As considerações de Guerra a respeito da dinâmica exógena e espasmódica da economia baiana e o estudo do processo de mundialização dos fluxos de Edgard Porto permitem que esta possa ser entendida dentro de um contexto mais amplo.

Os artigos da Revista Bahia Análise & Dados abordando o Planejamento no Século XXI também representaram uma importante fonte de informações acerca do tema estudado.

Os trabalhos de Regina Couto e José Murilo P. Baptista, foram sinalizadores para a formulação do problema e das hipóteses que balizarão a pesquisa.

Numa etapa posterior, de aprofundamento das leituras, Francisco de Oliveira foi de fundamental importância para a solidificação dos conceitos e dos mecanismos ideológicos que permeiam o planejamento. E no que diz respeito ao estudo da atividade agropecuária no estado, foi de extrema importância a contribuição das leituras de Vitor de Athayde Couto, Vitor de Athayde Couto Filho e César Vaz de Carvalho Júnior, assim como um vasto material publicado pela SEI.

## 2.2 PLANEJAMENTO E INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL

As origens da política econômica, de acordo com Rossetti (1975, p. 65), remontam à Antigüidade e à Idade Média, onde a gestão governamental é organizada já de forma

centralizada. Mas é no período Mercantilista (séculos XVI e XVII) que o Estado, através de inúmeras regulamentações, tem como finalidade o aumento do seu próprio poderio e conta com o suporte de teorias aos novos instrumentos utilizados.

Estes instrumentos formaram o que ficou conhecida como “pirâmide de regulamentos”, que abrangia instrumentos protecionistas, restricionistas, de concessão de subsídios às atividades industriais, de estímulos fiscais à exportação e de desencorajamento das importações (Ibid., p. 68).
Em meados do século XVIII, período de transição do Mercantilismo para o Liberalismo, marcado pela Revolução Industrial na Inglaterra, pela Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa, floresceu a defesa da livre iniciativa e da mínima intervenção estatal na economia. Novas teorias e novos procedimentos práticos surgiram para dar suporte ao livre mecanismo dos preços e dos mercados.

Adam Smith foi um dos principais representantes do Liberalismo com sua obra “A Riqueza das Nações”, onde defendia que a ordem econômica deveria resultar de uma ordem natural que governa todos os aspectos da vida. Ao governo caberia apenas assegurar direitos naturais ligados à vida, à liberdade e à propriedade.

A decepção gerada pelo liberalismo no plano da repartição de renda fez nascer as primeiras propostas socialistas, “muitas delas destituídas de maior senso prático” (Ibid., p. 79).

O papel do Estado como agente central da economia é retomado pela teoria de Karl Marx acerca da passagem do Capitalismo para o Socialismo, pela socialização dos meios de produção.

A partir do século XX ocorreu um intenso debate em torno de questões relacionadas à intervenção governamental. A primeira posição, defendida por Ludwig Von Mises, discordava veementemente da planificação integral da economia, procurando mostrar que

“o cálculo econômico é impossível numa economia socialista” (LAFER, 1973, p. 10), enquanto a segunda, liderada por Oskar Lange, além de defender o sistema de planificação, evidenciou “a possibilidade de serem alcançados, através dele, índices de eficiência mais expressivos que os apresentados pelas fórmulas liberais” (ROSSETTI, 1975, p. 87).

Com a Revolução Russa, em 1917, o socialismo de estado é finalmente posto em prática. A utilização do planejamento estatal, inerente ao sistema socialista, faz com que o Estado e não o mercado (como acontece no sistema capitalista), determine as condições de produção, transformando-se em uma organização econômica centralizada.

Foi a partir da década de 1930 que o governo dos Estados Unidos passou a intervir diretamente na economia, contrariando os princípios do *laissez-faire*. Os pressupostos do Keynesianismo deram origem, então, à intervenção parcial do Estado na economia, não com o objetivo de superar o capitalismo, mas de aperfeiçoá-lo. A burocracia estatal incorporou os princípios do planejamento para coordenar o sistema de preços em nome da eficiência econômica e do bem-estar social (GALBRAITH, 1977).

Para Lafer (1973, p. 15) duas causas fundamentaram o abandono do *laissez-faire*: “a) as crises cíclicas de desemprego do sistema capitalista mostraram que (...) havia recursos inaproveitados; b) a noção de crescimento dinâmico tornou-se fundamental”. O Estado passaria então a ter importante papel a desempenhar, corrigindo distorções do sistema de preços, eliminando desemprego e promovendo o desenvolvimento econômico.

No pós-guerra, com a necessidade de reconstrução e a execução do Plano Marshall – ajuda financeira prestada pelos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental afetados pela Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir de 1947, surge formalmente o planejamento na Europa Ocidental (SAMPAIO, p. 42). O apoio generalizado que se passou a dar ao planejamento também objetivava controlar os movimentos de independência na Ásia (PEDRÃO, 2002, p. 24).

Na América Latina a tarefa atribuída ao planejamento foi muito mais difícil do que a que lhe coube na Europa Ocidental. Nessa, apesar de não existir danos de guerra, os níveis de renda apresentavam-se muito baixos, numa urgência de encontrar novo padrão de crescimento (SAMPAIO, p. 42).

Nas décadas finais do Século XX voltou à tona o liberalismo, relegando o planejamento governamental para o segundo plano. Isso se deu em meio a uma crise do sistema capitalista como um todo, que culpava a presença do Estado na economia como a principal causa da estagnação do crescimento e do suposto fracasso do modelo adotado até então. Entretanto, numa análise mais aprofundada do período, poder-se-á verificar que nos países centrais a forte presença do Estado na economia ainda se fazia sentir, ao contrário dos países subdesenvolvidos, que seguiam fielmente o receituário neoliberal.

De acordo com Vidal (2002, p. 45), a fidelidade dos governantes dos países latino-americanos às medidas neoliberais decorria do processo de renegociação da dívida externa destes países, em que a aceitação de reformas econômicas de corte neoliberal era condição indispensável para o “sucesso” da negociação.

Como não houve notável crescimento econômico com a adoção da política neoliberal, ressurgiu, timidamente, nos últimos anos, o debate acerca do planejamento estatal, especialmente nos “países da periferia capitalista, o que por si só pode ser bastante revelador da incapacidade estrutural daquele pensamento de ‘decifrar os enigmas’ que mais uma vez se apresentam para o capitalismo” (VIDAL, 2002, p. 38).

Mendonça (2004, p. 32) reforça esta idéia ao afirmar que a veia liberal se fortalece quando os períodos de maior dificuldade são superados e o sistema capitalista trata de recolocar o Estado em seu devido lugar, orientando-o a administrar minimamente os problemas de segurança, da justiça e do próprio ordenamento e funcionamento da

máquina estatal, privatizando-se todas atividades que não se enquadrem nos moldes descritos para o “serviço público”.

Verifica-se, portanto, no sistema capitalista, um movimento de alternância entre uma forte presença do Estado na economia e a sua minimização. A ortodoxia liberal aponta “as fases de elevado crescimento econômico como realizações dos mercados (apesar do intervencionismo), mas as de crise são certamente uma obra do conhecido ‘leviatã’” (Ibid., p. 51). No entanto, não há nenhuma contradição entre estes movimentos aparentemente paradoxos, uma vez que ambos ocorrem para garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista e revelam a complementaridade entre a atividade estatal e o setor privado, sendo ambos faces da mesma moeda.

## 2.3 CONCEITO DE PLANEJAMENTO

De acordo com Carvalho Júnior (2002a, p. 15) o planejamento constitui-se em uma ação coordenada de esforços para atingir determinados objetivos e como alcançá-los. Pode decorrer de um esforço individual, empresarial e até mesmo estatal, como uma função de racionalização que é. Para o que pretende este trabalho, o planejamento será abordado aqui como um instrumento de ação estatal, constituindo-se como um modo de realizar políticas públicas.

Visto assim, o planejamento implica a tomada de decisões sobre estratégias, políticas e alocação de recursos, podendo envolver desde um indivíduo, uma região, até um país. Não pode ser, portanto, um mero processo técnico (CARVALHO JÚNIOR., 2002a, p. 16). É, efetivamente, uma composição de poder que aparece simultaneamente no plano político e no plano econômico (PEDRÃO, 2002, p. 23).

De acordo com Carvalho Neto (2002, p. 7) “embora o planejamento seja multidimensional, a literatura disponível tem privilegiado as dimensões econômicas do processo e dispensado pouca atenção a outros relevantes componentes, principalmente aos de natureza política. (...) O planejamento é um instrumento político para promover mudanças econômicas e sociais e, como tal, respaldado em decisão política”. Esta, pesquisa, portanto, procura não menosprezar nenhuma dimensão do planejamento que se faça necessária ao entendimento da intervenção governamental.

O Estado que se procura estudar aqui é aquele definido por Engels (1981, p. 191):

> O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...] É antes um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, e dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Como um instrumento de ação estatal, o planejamento não pode ser um entrave às atividades do setor privado, pelo contrário, deve servir a um Estado que prioriza este setor, mas que necessita também de legitimação. Conforme demonstra Kaplan (1974, p. 459):

> O Estado e quem dele faz parte (dirigentes públicos, burocracia governamental) desenvolvem uma conduta dualista e ambígua. Por uma parte, aparecem como expressão do sistema social vigente e como instrumento das classes e facções hegemônicas dominantes, e sua atuação corresponde, em última instância, a seus interesses. Por outra parte, o Estado conserva sempre um grau de realidade própria, uma margem relativa de autonomia, capacidade mais ou menos independente de evolução, inovação e influência sobre outros níveis e estruturas da sociedade. O Estado necessita, em particular, de aparecer e funcionar como instituição autônoma a respeito das classes e grupos, para obter um mínimo de consenso até um sistema de distribuição desigual da riqueza e do poder e para impor sua arbitragem quando os conflitos ameaçam a estabilidade e a existência do sistema em si mesmo.

O Estado não se configura, portanto, como uma instância neutra ou teórica. Os interesses que ele representa se consubstanciam em blocos históricos mutáveis no tempo em função de uma situação econômica também em constante transformação. (PEREIRA, 1977, p. 81).

Como planejar significa tomar decisões sobre o futuro com base no passado, existem grandes possibilidades de que o futuro não aconteça como se planeja, por mais sofisticados que sejam os métodos de projeção. No entanto, a falta de planejamento pode resultar na perda de capital acumulado e na desvalorização do trabalho realizado, criando um ambiente inseguro frente às incertezas do futuro.

O ato de planejar pode também significar adiar ou negar reivindicações de determinados grupos sociais, estando os planejadores sujeitos à impopularidade junto a esses. Cardoso (1973, p. 184) observa que os planejadores pouco podem contribuir, como categoria social, para o equacionamento destes problemas. Seu adequado equacionamento depende das forças sociais subjacentes ao processo de planejamento e da dinâmica política mais ampla que o circunscreve.

Oliveira (1977, p. 25) citando Paul Baran, verifica que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento.” O que deve ficar claro é que as deficiências da prática do planejamento não derivam de sua natureza. São as condições políticas, em situações históricas concretas, que marcam suas condições de êxito e os seus limites.

No que se refere à intervenção estatal no setor agropecuário, é importante destacar a importância do elemento *tempo*. A adoção de medidas fora do prazo pode ser inútil ou mesmo prejudicial. Portanto, estas devem estar ajustadas aos tempos das principais variáveis, no sentido de duração das ações e seus efeitos e dos resultados, a exemplo do

período das colheitas, da possível sazonalidade da atividade e das taxas de crescimento da população.

## 2.4 PLANEJAMENTO NO BRASIL

As teorias cepalinas de abordagem da economia mundial como um sistema centro-periferia defendiam que a difusão do progresso técnico – principal vetor do crescimento econômico, dava-se do centro para a periferia, atendendo aos interesses do primeiro. Para a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas criado em 1948, seria então necessário promover a industrialização e a diversificação da estrutura produtiva latino-americana, a um patamar superior de progresso técnico e com capacidade de absorver o grande excedente de mão-de-obra existente.

A idéia de planejamento estatal na América Latina apresenta-se então como necessária ao projeto industrializante de acumulação de capital, o que implicava o abandono, ainda que paulatino, do modelo primário-exportador.

De acordo com Ianni (1986), quanto mais dependente um país for do setor externo, mais intensas tendem a ser as conseqüências internas de uma crise e assim o Estado é chamado a atuar mais fortemente. A crise de 1929 combinou fatores políticos e econômicos de grandes proporções que revelaram a necessidade desta forte presença estatal.

Foi assim que no Brasil, a partir de 1930, apoiado e planejado pelo Estado, nasceu o projeto nacional-desenvolvimentista de superação do subdesenvolvimento através da industrialização capitalista. Privilegiando o setor urbano-industrial emergente, o Estado facilitou a transferência de renda dos setores agro-exportadores para os de acumulação capitalista. “Apesar de voltado para o modelo de substituição de importações, [o governo] não deixou de proteger a economia primária, principalmente o café, que era o principal

gerador de recursos necessários ao pagamento da dívida externa, e continuou apoiando as oligarquias rurais" (COUTO, 1993, p.10).

Apesar de intervencionista, centralizador e nacionalista, o governo Vargas carecia de uma concepção integrada de planejamento. Daí a criação de diversos órgãos como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930; o Conselho Nacional do Café em 1931; o Instituto de Cacau da Bahia em 1931; o Instituto do açúcar e do Álcool em 1933; o Conselho Federal do Comércio Exterior em 1934, sem uma linha preconcebida de atuação (BAPTISTA, 1978).

Este traço setorial do planejamento brasileiro esteve presente em praticamente todas as tentativas de se planejar a economia do país. Ele está de acordo com a ideologia predominante de ataque aos pontos de estrangulamentos ou de atendimento às contingências próprias de crises. Ou seja, no Brasil, o planejamento nacional jamais logrou alcançar o status de global (não confundir com central), como afirma Vidal (2002, p. 43).

É o Plano de Metas que inaugura a época dos planos de desenvolvimento para o país, definindo explicitamente objetivos, metas, prioridades e incentivos. Sob a égide da modernização, o Estado estimula os investimentos estrangeiros e passa a funcionar como principal agente da acumulação capitalista no país. É importante destacar que a política de substituições de importações que marcou a fase inicial do planejamento no país, foi a responsável pela implantação do parque industrial brasileiro. Desta vez os capitais internacionais objetivam a exploração e controle dos próprios mercados locais e não mais apenas produzir artigos exportáveis ou alocar recursos em setores complementares a estes (BAPTISTA, 1978, p. 21).

O Capitalismo Monopolista de Estado, definido por Pereira (1977) como a crescente participação do Estado na economia, é discutível em nível de sua aplicação ao caso do Brasil. Para Ianni (1986, p. 312) o que ocorreu aqui "foi, principalmente, uma participação mais ostensiva do Estado nas decisões e ações relacionadas às atividades

produtivas", descartando as hipóteses de "capitalismo de Estado" e "economia mista". Esse modo estatal de agir configurava-se desta forma para proporcionar infra-estrutura ao movimento do capital internacional que se realizava no Brasil.

Vista esta etapa inicial do planejamento brasileiro, cabe ressaltar que não se pretende aqui estudar cada plano ou programa de governo, para isso existe uma vasta literatura; mas fazer uma abordagem geral do que foi o planejamento no Brasil. Para tanto, a colaboração de Ianni (1986) apresenta-se indispensável.

De acordo com este autor, a experiência brasileira de planejamento como um instrumento de política econômica estatal alternou-se entre duas tendências predominantes. A primeira, denominada de "Estratégia de desenvolvimento nacionalista", fundamentada num projeto de capitalismo nacional, abrangeu os períodos de 1930 a 1945, 1951 a 1954 e 1961 a 1964. A segunda, denominada de "Estratégia de desenvolvimento associado", tida como projeto de capitalismo associado, sob hegemonia dos Estados Unidos, compreendeu os períodos de 1946 a 1950, 1955 a 1960 e de 1964 em diante.

Uma terceira tendência existia como ambição ideológica de representantes fora do poder político, era a "Estratégia de desenvolvimento socialista", que não logrou ser posta em prática. Ianni destaca que algumas vezes as formulações nacionalistas situaram-se apenas em *nível ideológico*[1], enquanto que as medidas e *ações reais* do governo destinavam-se a facilitar ou incentivar investimentos de origem externa no país.

Pode-se concluir que "a despeito do movimento pendular, entre *capitalismo nacional* e *capitalismo associado ou dependente* (bem como *democracia representativa* e *ditadura*), a idéia de planejamento foi adotada por todos os governantes, como uma nova retórica política", predominando a estratégia de desenvolvimento dependente, disfarçada de associada (IANNI, 1986, p. 309 e 312).

---

[1] Grifos do autor

Seguindo a metodologia de Ianni, o Prof. Lívio Wanderley [ao participar de uma mesa redonda realizada na Faculdade de Economia da UFBA sobre Parcerias Públicas-privadas] acrescentou a tendência mais recente das políticas públicas no Brasil, que é a do capitalismo globalizado, dentro de um contexto econômico global, baseado no capital desnacionalizado. Este período abrange os governos Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e o mais recente, de Luís Inácio Lula da Silva.

Os anos 80, segundo Vladson Menezes (2000, p. 28), caracterizaram-se pela crise de um padrão de acumulação de capital baseado na forte ação estatal no âmbito de uma economia fechada, como forma de estimular a indústria brasileira. As atividades eram intensamente apoiadas pela infra-estrutura montada pelo Estado que, além de garantir barreiras tarifárias que obstaculizavam a entrada de produtos concorrentes importados, muitas vezes participava diretamente da produção.

Foi a partir desta década que o governo federal abandonou a elaboração de Planos de Desenvolvimento, sendo obrigado a administrar o curto prazo. Passou a utilizar meros planos de ajustes macroeconômicos, prendendo-se à "lógica do caixa" – que privilegia o atendimento aos compromissos com o capital financeiro internacional – privilegiando o combate à inflação. Assim, o planejamento restringe-se, por exigência constitucional, aos Planos Plurianuais (PPA) e ao cumprimento dos acordos com o FMI. Os impactos desses ajustes determinaram modificações nas posições relativas das regiões e dos estados nos movimentos do capital. Esse período, que ficou conhecido como "década perdida", é marcado pela estagnação da economia brasileira, sendo a Bahia também atingida por esse processo.

No plano internacional as propostas neoliberais do "Consenso de Washington"[2] indicavam que o caminho para sair da crise fundamentava-se no binômio privatização e

---

[2] "Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título 'Latin American Adjustment: How Much Has Happened ?', era

liberalização, uma vez que a presença do Estado na economia é identificada como a principal causa da estagnação do crescimento e fracasso do modelo vigente até então (KLIASS, 1996, p. 27). O Estado, visto como perdulário, seria então o responsável por uma crise de natureza essencialmente fiscal, assim pensava a ortodoxia liberal.

No entanto, as causas da crise vivida pelo Brasil a partir da década de 80 teriam raízes diversas daquelas defendidas pelos liberais. No final da década de 70 os Estados Unidos elevaram suas taxas de juros e logo seus efeitos se fizeram sentir na economia brasileira, através do aumento da dívida externa que também provocou um forte desequilíbrio no balanço de pagamentos. A partir daí pode-se dizer que houve um esgotamento da capacidade de financiamento do Estado, que estava alicerçado em empréstimos estrangeiros. Além disso, para subsidiar empresas privadas, o governo federal adotou uma política de contenção de preços dos produtos de suas empresas, alegando combate ao desequilíbrio do balanço de pagamentos. Num contexto marcado por altas taxas de inflação o que ocorreu foi um aumento da dívida pública, configurando-se a crise como essencialmente financeira.

O Brasil, como país subdesenvolvido e dependente que é, seguiu o receituário dos técnicos de Washington e sua economia passou por ajustes estruturais fundamentados na privatização, desregulamentação e reforma do Estado. Isto ocorreu definitivamente a partir do Governo Collor, que cedeu às pressões externas e o planejamento passou a ser uma tarefa de compatibilização orçamentária, separada da identificação de prioridades e da definição de metas (PEDRÃO, 2002, p. 33).

As principais medidas do período de acordo com Vidal (2002, p. 45) foram:

> desregulamentação, incluindo uma ampla liberdade para os fluxos de capitais; abertura comercial célere e sobrevalorização cambial – com o que se inverteu, em relativamente pouco tempo, o sentido da balança

---

proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de 'Consenso de Washington'" (BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latinos americanos*. 1994)

> comercial daqueles países que logravam obter algum superávit com suas exportações; desnacionalização e desindustrialização, em maior ou menor grau; elevação da taxa de juros; desmonte da já precária rede estatal de proteção social; quebra de monopólios estatais e privatizações. Tudo isso passou a ser encarado não apenas como muito natural, mas também como a única estratégia viável para esses países [da América Latina], posto que estava atrelada ao supremo objetivo da estabilidade monetária.

O neoliberalismo também obteve amplo apoio da imprensa e considerável aceitação no Congresso Nacional, instalando-se solidamente no seio do governo Fernando Henrique Cardoso. Vê-se, portanto, que a integração do Brasil ao contexto internacional ocorreu pela via de uma globalização essencialmente financeira e sem qualquer projeto de autonomia.

Mas a crise que se iniciou na década anterior ainda se fazia sentir e a solução não seria o desfacelamento do aparelho estatal, mas sua reconstrução em outras bases. Dentro deste contexto, durante a década de 90, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu como meta prioritária a Reforma do Estado.

Apoiando-se na idéia de uma "Administração Pública Gerencial", a proposta da reforma era aumentar a governança do Estado, dotando-o de meios para intervir efetivamente, sempre que o mercado não tivesse condições de coordenar adequadamente a economia (BAHIA. Secretaria da Administração, 2002, p. 48).

Segundo Kliass (1996, p. 32), a Reforma do Estado contemplou as seguintes dimensões: a) privatização e desregulamentação; b) tributária; c) previdenciária; d) administrativa; e) setor financeiro; f) política de comércio exterior e g) político-institucional.

As privatizações e desregulamentações foram as que mais contribuíram para alterar a face do Estado, através da sua redução e da realocação dos recursos existentes, deixando este de ser um agente produtor de mercadorias ou supridor de serviços, para converter-se em regulador de tais atividades (Ibid).

O fenômeno da globalização faz o mundo assistir a uma nova divisão internacional do trabalho, sendo definidos novos espaços de especialização na economia mundial, seja através da busca da redução de custos na produção, seja na busca pela qualidade ou pela produção de tecnologia de ponta (PEREIRA, 1999, p. 23). Um exemplo de inserção diferente são as grandes potências comerciais e tecnológicas, como Japão e Alemanha, "onde não só se admitem graus substanciais de interferência estatal na regulação e até na gestão dos negócios, mas também se tem uma visão mais comunitária do que individualista da organização econômica e social" (BATISTA, 1994).

Hoje, os graves problemas sociais e o baixo crescimento econômico brasileiro revelam a ineficiência do modelo de ajustamento do "Consenso de Washington" e novamente ressurge o debate sobre o papel do Estado e do planejamento governamental, nos seus diversos níveis de atuação. Ao se retirar de setores estratégicos o governo incorre em custos sociais que não podem ser cobertos pelas condições atuais de mercado (PEDRÃO, 2002, p. 30).

Pedrão (2001, p. 12) sugere que uma tese a ser considerada é que, nas condições prevalecentes hoje na economia e na política no Brasil, a presença do Estado na economia é maior que antes e não cessou de aumentar desde a década de 1930, apesar de sua retirada em diversas de suas linhas de participação e da venda de grande parte de seu patrimônio.

É importante que o planejamento que se procura fazer deixe de ser um discurso de intenções e se transforme em ações que possam gerar resultados e, principalmente, desenvolvimento. Pois, de acordo com Bobbio, citado por Pedrão (2002, p. 36), o Estado não pode se omitir de atuar como Estado, sob pena de perder sua legitimidade.

## 2.5 PLANEJAMENTO NA BAHIA

Analisando a aplicação do termo planejamento especificamente ao caso da Bahia, um estado componente de uma federação, a intervenção governamental está associada à inserção da economia baiana no processo nacional de acumulação de capital.

Reportando-nos à década de 30, quando o planejamento no Brasil começou a ganhar força, a Bahia configurava-se como um estado agrário-exportador onde persistiam relações de produção pré-capitalistas, com baixa produtividade, tecnologia rudimentar e estrutura fundiária atrasada. Os principais produtos eram o cacau, o fumo e o açúcar. Vale lembrar que no século passado a Bahia contava com uma indústria de transformação relativamente diversificada, principalmente no setor de alimentos (GUERRA, 2000, p. 88).

Nas décadas de 40 e 50 o estado viveu um período de forte estagnação, especialmente nos setores têxtil e fumageiro, que ficou conhecido como "enigma baiano". Duas razões históricas explicavam o fenômeno: a quase extinção da atividade agroindustrial do açúcar, em função da concorrência de outras regiões e a baixa produtividade das terras do Recôncavo; e, "no governo de Epitácio Pessoa, Pernambuco havia se tornado o centro dos investimentos em obras contra a seca" (Ibid).

Antes mesmo da implementação do Plano de Metas (1956) em nível nacional, iniciou-se a institucionalização, na Bahia, de um sistema de planejamento. Era composto, quando da sua criação, pela CPE – Comissão de Planejamento Econômico e pelo CONDEB – Conselho de Desenvolvimento da Bahia, que datam de 1955; e pelo FUNDAGRO -Fundo de Desenvolvimento Agro-industrial, de 1956.

Sem considerar as medidas de combate à seca, de acordo com Celeste Baptista (1978, p.39) a intervenção federal, a nível estadual, decorreu do ataque aos "pontos de estrangulamento". Assim, construiu-se a Hidroelétrica de Paulo Afonso, a estrada Rio-

Bahia, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil e o maciço programa de investimentos na Petrobrás.

Regina Couto (1993, p. 20) aponta como característica marcante do padrão de intervenção planejada estadual no período de 1955/64 a tentativa de modernização do campo, mediante montagem de complexos agroindustriais, com base na decisão de complementaridade ao parque industrial do Centro-Sul, fornecendo-lhe matérias-primas e insumos básicos e na contemplação das frações hegemônicas do capital local com um programa que vislumbrasse seus interesses. Mas, desde suas origens, os trabalhos da CPE apontavam também para a implantação de indústrias que aproveitassem a disponibilidade local de matérias-primas e energia elétrica (BAPTISTA, 1978, p. 48).

Entretanto, ainda de acordo com Regina Couto, o governo estadual não obteve apoio financeiro do setor privado e, o Governo Federal restringiu-se a ajudar o segmento da agropecuária baiana que estava em crise – o cacau, visto ser este o principal produto da balança comercial local e o financiador do processo de industrialização pesada que vivia o Centro-Sul do país à época do Plano de Metas. Criou-se então, em 1957, a CEPLAC – Comissão de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

Cabe aqui ressaltar que o financiamento citado no parágrafo anterior consubstanciava-se através do confisco cambial - fator de evasão de renda gerada na Bahia, e da política protecionista à indústria do Centro-Sul. É neste contexto que emerge o planejamento, que foi, de acordo com Francisco de Oliveira (1977, p. 29)

> uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”.

Ao movimento de concentração e centralização do capital correspondia também um movimento na estrutura de poder, que teve como forma institucionalizada de conter o conflito entre as duas regiões a criação, em 1959, da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Esta foi considerada por Oliveira (1977, p. 26) como a "'correia transportadora' da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, pela via dos incentivos fiscais do sistema 34/18".

Portanto, ao final da década de 50, o estado havia iniciado um tímido processo de industrialização a partir de um *impulso exógeno*, conforme afirmam Guerra e Teixeira (2000, p. 89). Este mesmo tipo de impulso garantiria na década seguinte a promoção da industrialização na Bahia, com a criação do CIA – Centro Industrial de Aratu (1966) e diversas outras empresas, tanto estatais quanto privadas, estas apoiadas pela infra-estrutura e incentivos fornecidos pelo estado. Uma vez esgotados os incentivos, essas plantas eram transferidas para mercados mais dinâmicos, mostrando-se a política adotada insuficiente para criar uma dinâmica *endógena* de investimentos (Ibid, p.90).

Em 1971, na primeira gestão do Governador Antônio Carlos Magalhães, o planejamento se consolida com a criação da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, elevando-se, portanto, ao primeiro escalão do governo. Este fato visava garantir-lhe maior facilidade de contatos com organismos federais, privados e até internacionais, melhorando suas condições de coordenar a ação de diversos órgãos estaduais (CARVALHO NETO, 2002, p. 12).

A partir de então a estrutura produtiva baiana deixaria de ser predominantemente agro-exportadora consolidando seu processo de industrialização através de uma "especialização regional". Transformou-se em fornecedora de produtos intermediários para setores finalísticos do Centro-Sul, especializando-se principalmente nos setores petroquímicos e metalúrgicos. Foi a época de implantação do COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari, que se beneficiou enormemente da já instalada Refinaria Landulpho Alves.

Pioneira que foi na implementação de um sistema de planejamento a nível estadual na federação, a Bahia apresentou particularidades durante a década de 80. Durante a primeira metade, a conjuntura econômica internacional favoreceu o escoamento da sua produção de bens intermediários petroquímicos, o que atenuou os efeitos da crise local determinada, inclusive, pela queda dos preços do cacau (*commodity* importante).

Após a "implementação do parque industrial, o estado passou a ser dispensado de muitas atribuições em vista do crescimento do setor privado, restringindo o espaço do planejamento nos moldes que vinha sendo praticado" (COUTO, 1993, p. 40). Houve, portanto, um processo de desaceleração das atividades de planejamento, acompanhando a tendência nacional de "menos estado".

Do ponto de vista administrativo, o Estado se agigantou e se tornou ineficiente, via desperdícios de recursos com pesadas estruturas, crise gerencial nos vários níveis hierárquicos, perda de pessoal qualificado e escassez de recursos para fazer face à intensificação das demandas sociais. O planejamento voltou-se para a elaboração de projetos com vistas a captar recursos nas poucas fontes disponíveis, perdendo-se a visão do todo, eis o "planejamento por negociação" (Ibid., p. 40).

Já na segunda metade da década de 80 houve uma redução da participação da Bahia na economia brasileira, com a crise dos segmentos tradicionais da agricultura, estagnação industrial e paulatina emergência de atividades vinculadas ao *agribusiness* moderno (MENEZES, 2000, p. 42). Gomes (1996) destaca que a crise nordestina foi ainda mais grave que a brasileira, pois grande parte dos benefícios que o setor público federal trazia para o desenvolvimento regional desapareceu, traduzindo a forte dependência do Nordeste para com a União.

No período de 1985/2000 a "guerra fiscal" foi o meio adotado pelos estados para atrair novos empreendimentos, através das vantagens diferenciadas, como isenção de impostos

e fornecimento de infra-estrutura. O Desenbanco também participou ativamente deste processo através da criação de vários programas e linhas de crédito. Em 1991 o governo estadual lançou o Probahia – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, quando começou a formular políticas de caráter setorial e regional melhor definidas (BAPTISTA, 2004, p. 4).

Apesar do caráter geral das propostas apresentadas nos planos do governo, resultados positivos puderam ser alcançados através do impulso conferido pela indústria, assim como pela modernização e aumento da produtividade em diversos setores, como agronegócios, calçados, alimentos e bebidas, medicamentos e outros (Ibid., p. 5).

A atividade ligada ao setor de papel e celulose merece destaque no cenário dos anos 90 na Bahia, tendo sido a que mais cresceu no período. Tornou-se, segundo Guerra e Teixeira (2002, p. 94) o segundo segmento mais importante na estrutura do produto industrial, desbancando inclusive o metalúrgico. Entretanto, seus impactos são diminutos e localizados e seu caráter concentrador.

O movimento de modernização do estado, as reformas e medidas administrativas implementadas entre 1991 e 2000, propiciaram a estabilização das finanças estaduais e a revisão de suas funções no apoio ao desenvolvimento socioeconômico do estado. O modelo de atuação que se pretendia adotar era de um Estado gestor e não-intervencionista que busca prestar serviços de qualidade para o cidadão, conforme está contido no Plano "Bahia de Todos os Tempos" de 1999.

O projeto Amazon, da Ford, foi a grande conquista do governo estadual nos últimos anos. O parque produtor de automóveis abriu perspectivas para a integração da cadeia produtiva local e a sonhada produção de bens finais, além da geração de emprego e renda.

Procurando desenvolver um alinhamento com as ações programadas pelo Governo Federal, o governo baiano estruturou o Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 – Bahia de

Todos os Tempos, em programas, numa clara adaptação do modelo utilizado pela instância federal, adaptado à realidade baiana e à sua administração. A intenção do governo baiano neste PPA era expandir as bases produtivas do estado; desconcentrar e diversificar sua economia; aprofundar e consolidar o processo de modernização da gestão pública e da estrutura administrativa, garantindo prestação de serviços públicos com eficiência e qualidade. (LUSTOSA, 2002, p. 84 e CARNEIRO, 2002, p. 98).

“Bahia 2020 – O Futuro é a gente que faz” é o título do mais recente plano estratégico do governo estadual e no qual está fundamentado o PPA 2004-2007. No que tange ao setor aqui trabalhado, contempla agroinvestimentos, reforma agrária, produtividade e competitividade, políticas de incentivo e atração de investimentos, além de apoio ao trabalhador e ao micro, pequeno e médio empreendimento.

As diretrizes deste plano estratégico dão prosseguimento às linhas de atuação do anterior à medida que busca desconcentrar e diversificar a economia, mas agora com enfoque especial à preservação dos recursos naturais e culturais.

# 3 PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

A delimitação do tema e as reflexões baseadas nas leituras permitiram que vários questionamentos pudessem ser levantados. No sentido de contribuir para um debate mais atual e realista dos aspectos do planejamento estadual, o problema relevante que se coloca é *"Quais os instrumentos de planejamento utilizados pelo Governo do Estado da Bahia, no setor agropecuário, a partir das mudanças ocorridas na década de 80?"*.

Com vistas a responder a questão principal, outras poderão auxiliar nesta tarefa, quais sejam:

a) Em qual cenário econômico, político e social está inserido o Brasil e mais particularmente a Bahia a partir dos anos 80?
b) Qual foi o papel do Estado nas transformações que ocorreram a partir da década de 80 na agropecuária?
c) A formação das chamadas "ilhas de prosperidade", áreas mais ricas do estado, é capaz de gerar um "transbordamento" da riqueza produzida para outras regiões ou um "efeito sucção" sem distribuição de riqueza?
d) Que setores do mundo rural receberam maior apoio do governo estadual?
e) Estes setores são bons geradores de emprego?

A hipótese que se procurará testar é: *Inicialmente o governo estadual limitou bastante sua atuação como planejador devido à redução das políticas de desenvolvimento regional do governo federal. Num segundo momento passou a atuar como direcionador dos agentes privados, realizando apenas ações pontuais, tendo dificuldade em direcionar questões estruturais e de longo prazo.*

Para verificar se a hipótese acima responde ao problema da pesquisa, importantes variáveis deverão ser estudadas:

a) Os instrumentos que o governo baiano vem utilizando para atingir as metas traçadas em seus planos, especialmente no que se refere à utilização dos "Protocolos" no setor agropecuário, onde se destaca.
b) Atuação da SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia.

O levantamento das questões e as primeiras leituras induzem à escolha do método dedutivo como o mais adequado para o desenvolvimento do trabalho que se pretende realizar. No entanto, não se pode descartar a possível utilização de outros métodos concomitantemente a este se isto se mostrar necessário durante o processo de pesquisa.

Sendo assim, tendo por referencial maior a evolução do perfil de intervenção do estado na economia brasileira e partindo-se da análise do Planejamento no Brasil e na Bahia, partir-se-á para o estudo da intervenção estadual no setor agropecuário, evidenciando sua importância e seu caráter.

O período que se pretende estudar inicia-se marcado por uma crise político-institucional, econômica e fiscal que terá impactos locais. Há também de se considerar como a conjuntura internacional relaciona-se com as transformações ocorridas no Brasil e particularmente com a Bahia.

A natureza da pesquisa é teórico-histórica e a estrutura de análise será essencialmente descritiva e qualitativa, procurando conhecer, caracterizar e interpretar o tema, onde serão utilizadas fontes secundárias, como livros, artigos, dissertações etc, e entrevistas exploratórias.

# 4 EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO BAIANO

## 4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será caracterizada a evolução do setor agropecuário baiano, utilizando-se como referência a classificação do IBGE, em que a atividade agropecuária está subdividida em atividades agrícolas (lavouras temporárias, lavouras permanentes e horticultura), atividade extrativa mineral, extrativa vegetal, silvicultura e produção animal (PORTO, p. 61 e 72).

O quadro referencial que nos permitirá entender a agropecuária dentro do contexto de desenvolvimento do capitalismo considera que ela é fruto de momentos contraditórios, mas articulados: “num ou mais territórios tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção de mercadorias e produção da mais-valia); em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. (...) No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação” (OLIVEIRA, 1986, p. 30 e 53). É a atividade industrial que condiciona a dinâmica da acumulação de capital.

Na prática, o que ocorreu ao longo dos anos foi uma queda contínua e histórica dos preços dos produtos agropecuários, em contrapartida à subida dos preços dos produtos manufaturados, tendo a agropecuária de pagar altos preços pelo seu próprio consumo produtivo (maquinarias e insumos), ensejando uma balança desfavorável para a mesma. A isto, soma-se o fato da agropecuária ser extremamente sensível às leis da oferta e da procura do mercado. “Neste contexto, o Estado tem mediado e mesmo bancado essa dívida”, buscando a regularidade do setor (Ibid., p. 50-54).

De acordo com Couto (2000, p. 38 e 48) foi no contexto de internacionalização dos capitais primitivos que nasceram os sistemas agrários voltados para o mercado mundial, a partir dos quais pode-se compreender a história econômica do Brasil e da Bahia. Para o autor, sobretudo a partir do pós-guerra, "todo o sistema institucional público e privado do agronegócio brasileiro (...) são um produto da expansão internacional do modelo produtivista ou 'revolução verde'".

Seguindo os moldes produtivistas, que têm como premissas a monocultura, o uso intensivo de insumos químicos e máquinas, a baixa demanda por mão-de-obra e a superutilização dos recursos naturais, a partir da década de 80 observou-se então, na Bahia, um processo de diversificação da produção, ocupação de novas áreas e modernização das técnicas agrícolas, sem abranger todo o espaço territorial e todos os produtores, ou seja, se deu de forma regionalmente concentrada e excludente.

O capital industrial passa então a ser aplicado na agricultura, vendendo-lhe insumos e comprando-lhe mercadorias, ensejando uma industrialização da agricultura caracterizada por mudanças nas relações do homem com a natureza, nas relações sociais de produção e com os instrumentos de trabalho e pela aliança entre o Estado, parte da burguesia nacional e segmentos rurais ligados a grandes produtores.

Couto Filho (2000, p. 178-180) observa que os indicadores econômicos da agropecuária foram impactados positivamente pelas técnicas produtivistas. No entanto, o efeito na geração de empregos é inverso e "regiões tradicionais perdem espaço para outras, mais modernizadas e articuladas com o mercado internacional".

Algumas características apontadas pelo autor destacam-se neste cenário, quais sejam:

- Crise dos produtos tradicionais da agropecuária baiana: cacau, pescados, fumo, cana-de-açúcar, algodão, sisal e mamona;
- Novos produtos como frango, eucalipto, soja e algumas frutas crescem em importância no estado;

- Baixas taxas de crescimento do setor agropecuário que, só a partir de 1994, quando se estabiliza a crise de alguns vetores tradicionais e se consolida o desenvolvimento de outros, é que o setor volta a crescer a taxas maiores.

Há, portanto, uma divisão no pensamento acadêmico quanto aos resultados que o modelo produtivista proporciona. Alguns defendem que o aumento da produtividade, da produção e conseqüentemente dos estoques, acarreta uma queda nos preços que pode ampliar o acesso aos produtos. Outros defendem que os danos sociais, ambientais e econômicos não compensariam a utilização de tais técnicas (COUTO FILHO, 2000, p. 186).

É importante também destacar aqui o quadro referencial proposto por Graziano (1996, Apresentação) que é o da "balcanização" do Estado e sua conseqüente perda de poder regulador setorial, em função do crescente fracionamento dos interesses do que se poderia chamar de rural, agrário ou ainda mais restritamente, de agrícola.

## 4.2 AGROPECUÁRIA BAIANA A PARTIR DOS ANOS 80

Com a desaceleração das atividades econômicas a partir da segunda metade dos anos 80, a agropecuária baiana experimentou uma retração de quase 8% no valor adicionado ao longo do período, agravada pela seca de 1987, quando se manifestou a crise dos segmentos tradicionais da agricultura.

Apesar da crise nos dois principais setores da economia baiana (a agricultura tradicional e a petroquímica emergente), a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo trouxe novos vetores de crescimento econômico para o Estado e deu início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção (CARVALHO JR., 2002, p. 15). É neste período que emergem as atividades vinculadas ao *agribusiness* moderno.

Neste período dar-se-á a ocupação dos cerrados com a produção de grãos, principalmente com a soja; o desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortifruti - laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; surgimento de novos empreendimentos do complexo agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. A pecuária, por sua vez, avançou no Oeste e Extremo Sul com uma criação semi-intensiva. A granja também cresceu no Oeste e na região de Feira de Santana e o desenvolvimento da silvicultura foi impulsionado no Oeste, Litoral Norte e principalmente no Sul e Extremo Sul, integrando-se à produção de papel e celulose.

Surgiram assim, no espaço rural baiano, as chamadas "ilhas de modernidade" – áreas de produção agrícolas que utilizavam padrões tecnológicos competitivos a nível internacional. Também é importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB a partir dos anos 90 (Ibid).

No final dos anos 80 e início dos anos 90 estes impactos começaram a aparecer através da consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos e do esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos Governos Estadual e Federal. A agricultura alcançou, portanto, um novo patamar de produção, mesmo experimentando o esgotamento dos produtos tradicionais, que chegaram ao fundo do poço, como foi o caso do cacau, da mamona, do sisal, do fumo e do café (Ibid, p. 17-19).

Nos anos 90 os planos de combate à inflação do governo federal reduziram ainda mais a insuficiente oferta de crédito agrícola, sobretudo nas áreas de custeio agrícola e comercialização. Apesar destas dificuldades, na Bahia as atividades ligadas ao campo (lavouras, criação e agronegócio) cresceram a taxas razoáveis, atenuando os déficits da

balança comercial oriundos de outros segmentos econômicos (FILGUEIRAS, 2003, p. 15).

No Censo agropecuário de 1996 a característica de concentração espacial da atividade agrícola pôde ser confirmada. 54% do VBP – valor bruto da produção vegetal, que foi de R$ 1,4 bilhões, foram gerados por apenas cinco regiões: Barreiras, Cruz das Almas, Itabuna, Vitória da Conquista e Juazeiro. As regiões mais áridas ficaram nas últimas posições. Outra característica, a da concentração por produto, também apareceu. 51% do VBP vegetal do estado foi gerado por apenas quatro culturas: cacau, feijão, soja e mandioca (SEI, 2000, p. 22).

De acordo com João Aurélio Viana (2001, p. 11-13) a Bahia é o primeiro estado do Brasil em volume de pessoas ocupadas no setor agrícola. No entanto, as políticas de desenvolvimento rural, freqüentemente associadas a intervenções de ‘cima para baixo’, desconhecem as qualidades e valores da cultura local (MENDONÇA, 2004, p. 34).

# 5 INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NO SETOR AGROPECUÁRIO

“Qualquer que seja a política agrícola de um país, seus objetivos deverão ser, em síntese possibilitar o desenvolvimento do setor, com o aumento da produção e produtividade e o bem-estar social do homem do campo.” (CRUZ, p. 57)

Nesta seção serão apresentados os instrumentos de intervenção do governo estadual no setor agropecuário, visto que este segmento ocupa importante papel para o êxito da diretriz governamental de desconcentração econômica e densificação da matriz produtiva do estado da Bahia.

A partir do pós-guerra a ação estatal possibilitou a modernização da base técnica da agricultura brasileira, via importações de tratores e fertilizantes numa tentativa de

aumentar a produtividade do setor. Este processo caracterizou-se pela internalização do mercado de destino e pela dependência do exterior para modernizar-se. Existia, entretanto, ainda desde o segundo período Vargas, a preocupação governamental em montar uma indústria doméstica de fertilizantes e máquinas agrícolas e a geração das condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor (GRAZIANO, 1996, p. 19-23).

Mendonça (2004, p. 34) destaca os obstáculos que se interpuseram ao desenvolvimento rural e que são revelados sob diversas formas. Nos anos 50 a principal tarefa consistia em modernizar a "porção" atrasada da agricultura por intermédio de esquemas de extensão rural e transferência de tecnologia. Nos anos 60, os baixos níveis de desenvolvimento estiveram freqüentemente associados à concentração fundiária e as soluções apontadas, respaldadas pela CEPAL e pela FAO, valorizavam intervenções destinadas a reorganizar sistemas de propriedade agrária associados a crédito rural oficial. Nos anos 70 a repercussão da "revolução verde" sublinhou a ênfase nas políticas de investigação agrícola e a modernização de uma agricultura exportadora.

Três aspectos são de importante destaque no quadro da modernização agrícola brasileira. O primeiro diz respeito ao crescente movimento de subordinação da agricultura à dinâmica industrial. O segundo é a mudança no processo de trabalho agrícola, em que o trabalho se subordina diretamente ao capital. E o terceiro é a constituição do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, formando o elo entre o capital financeiro e a agricultura, resultando na concentração e centralização de capitais e de terras. (GRAZIANO, 1996, p. 35).

Foi o "projeto modernizante" do Estado que viabilizou os três aspectos citados anteriormente, concentrando-se no fornecimento de crédito, subsídios e assistência técnica aos produtores. Entretanto, "não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do

abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural. (...) agravando a crise agrária e rebatendo-a perversamente na crise urbana" (Ibid).

Os programas recessivos de ajuste impostos pelo Fundo Monetário Internacional, a pretexto de combater o déficit público, impediram que o Tesouro Nacional, via Banco do Brasil, pudesse continuar bancando os volumes de crédito rural nos anos 80. Assim, com o esgotamento da capacidade de financiamento estatal e o decréscimo da atuação federal com planejamento e políticas públicas, avançaram os instrumentos estaduais de atração de capitais.

> Normalmente, em alguns países, o planejamento é utilizado como uma forte ferramenta que induz os produtores a reduzirem seus riscos de ser atingidos por determinantes estruturais ou conjunturais desfavoráveis. No Brasil, o planejamento está longe de ser um aliado no combate a crises estruturais ou oscilações conjunturais, e parte significativa dos objetivos para a agricultura são orientados para poucos e grandes produtores de produtos exportáveis que possam contribuir para a promoção de um equilíbrio na balança comercial. A preocupação com a agricultura familiar e os produtores de produtos *non trables*, nesta década, tem sido representada por programas emergenciais que não visam combater o problema antes da sua promoção, mas sim deixar que o mercado se ajuste e, em última instância, intervenha para buscar um equilíbrio mínimo. (CERQUEIRA, 2002, p. 48-49).

A SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária[3], é o principal agente do governo estadual baiano junto ao setor agropecuário, com uma concepção precisa do

3

| | |
|---|---|
| SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA | Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA (Órgão em Regime Especial de Administração Direta)<br>Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB (Autarquia)<br>Bahia Pesca S.A. – BAHIAPESCA (Sociedade de Economia Mista)<br>Empresa Baiana de Alimentos – EBAL (Sociedade de Economia Mista)<br>Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA (Empresa Pública) |

papel do estado na economia, que segundo Mesquita (2001, p. 9) é de que a liberalização da atividade econômica é premissa para uma inserção eficiente na globalização. Entretanto, o governo não pode renunciar ao seu poder de promotor, indutor, regulamentador e coordenador da mesma.

A ideologia da SEAGRI enquadra-se perfeitamente nas novas orientações da política econômica, mas revelam uma contradição no discurso daqueles que a defendem. Apesar dos clamores contra a intervenção estatal, os mesmos acabam por solicitar maior apoio e incentivo do governo às suas atividades.

Na década de 90, com a estabilidade proporcionada pelo Plano Real, com os novos padrões de competitividade alcançados devido à globalização e os investimentos privados, exigiam-se novos ajustes na agropecuária, e o poder público atuou como indutor e articulador deste processo de desenvolvimento (VIANA, 2001, p. 11).

## 5.1 INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

Objetivando reerguer produtos em crise e propiciar oportunidades de emprego e geração de renda, principalmente nas regiões menos favorecidas, o Estado da Bahia, através da SEAGRI, assinou *protocolos* com o Banco do Nordeste criando diversos programas de recuperação e modernização da agropecuária baiana (COUTO FILHO, 2000, p. 196).

Os Protocolos de Intenções, uma iniciativa pioneira do governo estadual baiano, “são instrumentos extremamente eficazes como demonstrações públicas e formais de compromisso com o desenvolvimento equilibrado de uma determinada cadeia, além de ensejar a ampliação e o aprimoramento das relações sócio-econômicas e políticos-institucionais de todos os parceiros envolvidos”. (VIANA, 2001, p. 15).

Viana (2001, p. 15 e 30) apresenta os protocolos como uma nova forma de intervenção governamental no desenvolvimento baiano, uma vez que estes objetivam modernizar a agricultura, a pecuária e a aqüicultura, contemplando atividades de geração e difusão de tecnologias, comercialização e financiamento da produção. Intensifica-se, portanto, as parcerias entre governo, iniciativa privada e instituições de fomento, fazendo-se necessário interlocutores específicos, acompanhamento e avaliação permanentes. O resultado, segundo o mesmo, é a elevação da produção e renda agrícolas ao assegurar uma inserção eficiente dos produtores nos mercados, reduzindo a vulnerabilidade nas suas relações comerciais e alargando as margens de lucro.

Os números relativos ao financiamento contemplados nos protocolos e apresentados por Viana (2001, p. 14-15) abrangem os anos de 1996, 1997, 1998 e 1999 correspondendo a R$ 90 milhões, R$ 120 milhões, R$ 373 milhões e R$ 200 milhões respectivamente, além do apoio técnico disponibilizado pelo governo. Neste período, os programas que receberam maior volume de recursos foram: ovinocaprinocultura; desenvolvimento sustentável, recuperação e diversificação da cultura cacaueira; cafeicultura e Proleite.

O autor citado visualiza como resultados mais importantes o aumento da capacidade produtiva da agricultura empresarial e uma melhoria significativa no acesso ao crédito e outros serviços voltados para a agricultura familiar.

Apesar do quadro parecer bastante positivo, Arival Cruz (2001, p. 75) nota que, no Brasil, além dos recursos para a atividade agropecuária ainda serem escassos, existe lentidão nas liberações de crédito de custeio e muita seletividade nas liberações do crédito comercial.

Para Menezes e Uderman (1994, p. 4) o Estado deve mesclar criteriosamente instrumentos diversos, de modo a configurar um programa mínimo que priorize os seguintes aspectos:

- investimentos em infra-estrutura (energia, estradas etc);

- financiamento a cadeias agroindustriais integradas, privilegiando a capacitação técnica e empresarial;
- formação e contínuo treinamento da mão-de-obra;
- montagem de sistema de informações amplo e confiável;
- estímulo à organização de pequenos produtores, como forma de homogeneizar a produção; e,
- criação de sistemas eficientes de normalização e controle de qualidade.

## 5.2 PERFIL DA MIGRAÇÃO E DA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

A Bahia, como integrante da região Nordeste, teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil. Essa região exportava força de trabalho com baixa qualificação, gerava divisas - sendo o cacau, na Bahia, uma importante fonte dessas divisas - e era mercado consumidor dos bens finais produzidos pelas indústrias montadas na região Sudeste, beneficiada com a política de substituição de importação implementada pelo Governo Federal.

A atividade agrícola, que antes significava abastecimento e financiamento do desenvolvimento de outros setores, tem assumido novas funções, quais sejam: segurança alimentar, geração de empregos, redução de migrações internas e diminuição de desigualdades regionais. (SALES, 1995, p. 6)

Verifica-se um constante crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e a queda do número de ocupações na agricultura. Sendo essas modernas e intensivas, estão voltadas principalmente para nichos de mercado, caracterizando-se como uma alternativa de trabalho e renda. Algumas existem há algum tempo, mas só agora vêm assumindo papel importante no meio rural como atividades comerciais.

Couto Filho e Schimitz (2001, p. 35-36) destacam como fatores de “atração” para as atividades rurais não-agrícolas:

- aumento do rendimento médio dos trabalhadores rurais ocupados nestas atividades;
- a valorização do meio rural como espaço para o lazer, moradia e desenvolvimento de atividades econômicas não-agrícolas; e,
- falta de competitividade dos estabelecimentos agrícolas.

Destacam também alguns fatores de expulsão da atividade agrícola:

- queda do rendimento médio dos agricultores, causada, principalmente, pela constante redução dos preços mundiais das principais *commodities* agrícolas e pela falta de uma política nacional consistente para o setor agrícola;
- o avanço tecnológico e organizacional na produção agrícola, que tem, em muitas culturas, diminuído a demanda por mão-de-obra; e,
- decadência de culturas tradicionais aliada ao surgimento de “novas” culturas que ocupam menos mão-de-obra e concentram-se em poucos meses do ano.

O resultado da combinação de ocupações dos integrantes da organização familiar, tanto em atividades agrícolas quanto nas não-agrícolas é o que se convencionou chamar de *pluriatividade*. Este tipo de trabalho vem crescendo continuamente entre os trabalhadores do meio rural, como é o exemplo da piscicultura, ranicultura, aves raras, floricultura, animais raros para corte, turismo rural, dentre outras.

A própria estrutura agrária do estado, onde coexistem latifúndios e um grande número de minifúndios, e a identificação do homem com o cultivo da terra, favorece a permanência de grande contingente populacional nas regiões agrícolas do estado, configurando-se a Bahia como o estado com maior população rural do Brasil.

Outra fonte de renda de extrema importância é a renda previdenciária, advinda de aposentadorias e outras pensões, que garantem a sobrevivência de muitas famílias e em alguns municípios chega a ser a principal fonte de renda da população.

De acordo com dados da IPA-OG da Fundação Getúlio Vargas (CERQUEIRA, 2002, p. 49),

> na década de 90, a ampliação da fronteira agrícola e a introdução do cultivo de novos produtos demonstrou ser eficaz no aumento geral da área plantada entre 1990/99 (taxa de crescimento de 0,9% ao ano), porém não foi capaz de aumentar o nível da demanda por força de trabalho (taxa de crescimento negativa de -0,04% ao ano), bem como não conseguiu produzir incrementos no VBP do Estado entre 1994/99 (taxa de crescimento negativa de -0,75% ao ano).

De acordo com o Censo agropecuário de 1996, pode-se dizer que o nível tecnológico alto é o que menos emprega. Alguns fatores - como a inserção de novas tecnologias, emprego de insumos básicos, ampla utilização de máquinas, contribuem para reduzir a utilização de mão-de-obra na agricultura. Depois vem o nível baixo, provavelmente em virtude do não-cumprimento de algumas etapas de cultivo para alguns produtos, como tratos culturais que ocupam bastante mão-de-obra. O nível médio é o mais ocupador, pois cumpre todas as etapas de cultivo e não utiliza tantas tecnologias desempregadoras (SEI, 2000, p. 25). Um exemplo é a fruticultura, atividade que vem crescendo na Bahia e é, naturalmente, uma atividade que emprega quantidades relativamente altas de mão-de-obra.

O cacau e a mandioca se destacam entre os produtos por uma característica natural da cultura: a grande ocupação por hectare, que depende apenas da quantidade de área plantada, com elevada relação EHA/ha[4] e sem restrição tecnológica. O cacau e o feijão são os principais ocupadores de mão-de-obra do estado; o primeiro com tratos culturais e o segundo com a colheita (Ibid, p. 28-38). O abacaxi, o alface, a banana, a cana-de-

[4] Quantidade de força de trabalho equivalente à de um homem adulto que tenha estado empregado durante todo o ano.

açúcar, o coentro, o eucalipto, o mamão e a manga, são culturas que ocupam mão-de-obra praticamente durante todo o ano.

As principais regiões ocupadoras de mão-de-obra são Itabuna, Teixeira de Freitas e Irecê. Parece não haver uma relação entre o tamanho da região e o número de ocupações geradas. Pode-se dizer também que não há uma relação direta entra a participação na formação do VBP e o emprego gerado. Um exemplo é Barreiras, que se destaca como o maior VBP agrícola do estado, mas não aparece entre as regiões que mais ocupam mão-de-obra (Ibid, p. 30).

As regiões mais concentradoras são as regiões de Itaberaba, Irecê, Serrinha, e Vitória da Conquista, que apresentam grande parte da mão-de-obra ocupada em julho e agosto, indicando problemas sociais, principalmente o desemprego na entressafra dos *mix*. Tais problemas levam as pessoas de algumas regiões a buscar formas alternativas de ocupação (principalmente em atividades não-agrícolas) ou outras saídas, como a emigração (SEI, 2000, p. 41).

## 5.3 A FORÇA DO AGRONEGÓCIO

A partir da exposição anterior verifica-se que as regiões menos empregadoras de mão-de-obra agrícola no estado da Bahia são o semi-árido e a região de Barreiras. O semi-árido por não oferecer condições climáticas favoráveis e a região de Barreiras pelo uso intensivo de tecnologias desempregadoras. Cabe averiguar onde o governo tem atuado no sentido de minimizar esta situação.

Numa breve análise do material fornecido pela SEAGRI para esta pesquisa, pode-se verificar a atenção especial que o agronegócio vem recebendo do governo estadual, merecendo, portanto, destaque neste trabalho.

O agronegócio abrange as atividades de produção agropecuária propriamente ditas como aquelas ligadas ao fornecimento de insumos e relacionadas ao processamento industrial, situadas a montante e a jusante da cadeia produtiva. Abrange também as atividades de suporte ao fluxo de produção até o consumidor final, inclusive órgãos de financiamento e crédito para as esferas de produção e comercialização.

Na primeira metade dos anos 90, apesar do crescimento do *agribusiness*, a agropecuária continuava a apresentar baixo desempenho, uma vez que os índices dos novos setores de ponta ainda não influenciavam significativamente todo o setor e a crise dos produtos tradicionais ainda se fazia sentir fortemente na economia.

Na segunda metade dos anos 90 houve, na agropecuária baiana, uma reversão deste movimento, caracterizada pela estabilização econômica e pela guerra fiscal, surgindo vários programas como o Bahiaplast, o Procobre e o Agrinvest.

> Aparentemente o avanço do agronegócio brasileiro não é somente conjuntural – clima, solos, política de apoio e preços favoráveis, mas tem caráter estrutural – tecnificação e capacitação dos produtores, trazendo grandes possibilidades de expansão duradoura para o setor (FILGUEIRAS, 2003, p. 15).

Diferentemente da indústria e do turismo, os empreendimentos vinculados ao *agribusiness* não apresentam a tendência à concentração na RMS (Região Metropolitana de Salvador), sendo sim indutores de uma desconcentração, sobretudo no caso dos segmentos agroalimentares (MENEZES, 2000, p. 53).

O agronegócio envolve a presença de empresários modernos, organizados e que praticam uma agricultura diversificada, marcada também pela cooperação do Estado, potencializando vantagens e criando novas oportunidades (VIANA, 2001, p. 31-33). A política de desenvolvimento do agronegócio do Estado da Bahia compõe-se de programas e projetos concebidos à luz de demandas da sociedade rural, consistentemente avaliadas como prioritárias (VIANA, 2003, p. 63).

Mesquita (2001, p. 8-9) descreve o panorama do agronegócio baiano como marcado por uma dinâmica de mudanças que ele assim caracteriza:

- reorganização do espaço produtivo com a consolidação de tradicionais regiões produtoras, ao lado da migração de cultivos de regiões de menor dinamismo para aquelas de maior concentração de capital;
- aumento da produção devido à expansão da fronteira agrícola e ganhos em produtividade resultantes da agregação de modernas tecnologias e melhoria na gestão dos agronegócios;
- sintonia com os padrões de conformidade exigidos pelos mercados, mediante rigorosa política de defesa agropecuária;
- atração de capital produtivo; e,
- busca de inserção da agricultura familiar na economia de mercado.

Ao se analisar a composição do agronegócio, percebe-se uma diferença entre as estruturas produtivas das regiões,

> mostrando que cada uma delas funciona de uma maneira própria, refletindo a sua realidade produtiva vinculada ao seu grau de desenvolvimento, sua tendência histórica e suas vocações econômicas. (...) Assim, cada um dos segmentos do agronegócio – insumos, agropecuária, indústria e distribuição, vai depender da estrutura de produção de cada região (FURTUOSO, 2003, p. 46).

A trajetória de evolução da economia baiana demonstra uma perspectiva diferente para a composição do agronegócio na década de 90 em relação ao Brasil. Neste estado a agropecuária tem registrado um aumento da participação no PIB do agronegócio da região, enquanto no restante do país verifica-se uma maior participação do subsetor de distribuição.

Poder-se-ia concluir que o produtor familiar foi marginalizado com o modelo de produção euro-americano, na medida em que o produto criado por ele não cumpre com as novas requisições do mercado, pois não conseguiu acompanhar as mutações sofridas pelo

processo produtivo, nem mesmo respondendo às novas exigências da regulamentação industrial (MOURA, 2004, p. 15).

As ações do governo nas regiões mais dependentes não repercutem de modo a alterar significativamente as relações sociais e de poder. Ao contrário dos investimentos privados nas regiões mais desenvolvidas do estado, que transformam as antigas relações em relações capitalistas (CRUZ, 2001, p. 61). Para financiar a expansão do agronegócio da soja, por exemplo, o governo baiano procurou captar recursos externos submetendo-se, inclusive, a auditorias do FMI.

A abertura comercial e a estabilidade da moeda exigiram da agricultura novos ajustes. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o setor rural viveu um novo ciclo de modernização conservadora, tendo a participação do Estado, coerentemente com o modelo neoliberal, sido voltada para a inserção da agroindústria nacional no mercado globalizado de forma competitiva, sendo menos efetiva em montante de recursos. Os maiores beneficiários desta política foram os grandes agricultores empresariais. (FILGUEIRAS, 2003, p. 16).

As expectativas estão subordinadas à política econômica e à conjuntura dos mercados internacionais, hoje fortemente marcada por protecionismos inaceitáveis. Assim, a produção também voltada para as exportações tem recebido maior atenção do governo.

# 6 RESULTADOS E DESCOBERTAS

> Há que se entender que o desenvolvimento do capitalismo é por si só contraditório: cria e destrói; gera riqueza de um lado e miséria de outro. A luta de classes é a expressão social dessas contradições, as quais se traduzem nas relações de trabalho, na competição entre os capitais. Para não se autodestruírem, os capitais individuais – ou seja, os capitalistas – necessitam de um poder regulador, o Estado. Um Estado que não esteja acima das classes, mas que possa ser apropriado por esses distintos capitais. Em outras palavras, que possa ser usado em prol deste ou daquele grupo oligopólico (GRAZIANO, 1996, p. 60).

Como se observou no capítulo 4, as características do modelo produtivista exigiam que o Estado se fizesse presente para atuar minimizando os impactos ambientais, sociais e econômicos da adoção deste modelo, principalmente descentralizando espacialmente as atividades agropecuárias e promovendo a geração de empregos.

Verificou-se que a Bahia apresenta dois contra-fortes laterais sobre os quais desenvolvem-se atividades econômicas voltadas para o mercado, seja nos moldes tradicionais (Litoral) ou em bases mais modernas (Oeste), restando um amplo fosso central (Semi-árido), onde prevalecem baixos níveis de renda e de desenvolvimento humano (MENDONÇA, 2004, p. 35).

A participação do Governo do Estado da Bahia é tão significativa para os projetos agroindustriais do estado, seja financiando, seja capacitando tecnicamente os produtores, que quando isso não ocorre – como no caso da lavoura de feijão em Irecê, em 2001 – a cultura sofre perdas e os produtores prejudicam-se (ROCHA, 2002, p. 24).

Constatou-se ainda que existe uma grande diferença da ocupação da mão-de-obra total e da sazonalidade da ocupação entre culturas e regiões. A diferença no número de ocupados deve-se basicamente à quantidade de área plantada e à ocupação por hectare, que depende do nível tecnológico utilizado na produção e, principalmente, das características da produção das culturas e dos *mix* de produtos existentes nas regiões.

# 7 CONCLUSÕES

O cenário econômico do Brasil, marcado por fortes restrições financeiras, restringe as políticas públicas, inclusive as estaduais, à administração do curto prazo e à busca de um crescimento pouco capaz de gerar desenvolvimento. As políticas agrícolas estão, portanto, subordinadas às políticas macroeconômicas, atendendo a pressões pontualmente localizadas.

A modernização conservadora apesar de atender às exigências da nova economia, foi insuficiente para resolver a principal questão agrária, que é o acesso à terra. Concentrou-se em alguns produtos, produtores e regiões do estado, revelando-se pouco provável o transbordamento da riqueza produzida para outras regiões. E o estado não atuou de forma a alterar esta situação vigente. Parece, ao contrário, dar suporte à manutenção da mesma, uma vez que privilegia determinados grupos, inclusive alterando suas estruturas para atender ao agronegócio.

O planejamento configura-se, neste caso, como um importante canal para fortalecer a relação entre estado e setor privado, podendo promover e dar suporte à competitividade dos fatores sistêmicos e estruturais. Mas deve ir além. Deve visar não só ao desenvolvimento, mas também a sustentabilidade social, econômica e ambiental no longo prazo. Assim, o estado pode intervir nas variáveis que possam garantir melhores resultados para a ocupação da mão-de-obra. Daí a importância dos incentivos a atividades que sejam grandes absorvedoras de mão-de-obra e de baixa sazonalidade.

Citando Carlos de Mattos, Mercejane Santana (1997, p. 15) apresenta três características do planejamento na América Latina que foram responsáveis pelo seu fracasso e descrédito como instrumento de intervenção para o desenvolvimento. A primeira diz respeito à idealização dos objetivos, por parte das equipes técnicas, subestimando as restrições e limitações das ações, deixando de considerá-lo um processo político que

envolve diversos grupos sociais, muitas vezes responsáveis pelo controle efetivo da tomada de decisões.

A segunda característica corresponde ao excesso de formalismo, mais preocupados com o produto em si do que com o processo de organização de decisões. A terceira seria a tendência do planejamento a um reducionismo econômico, relegando aspectos sociais e políticos ao segundo plano. Essas características são próprias de um Estado paternalista, servindo mais à reprodução do capital do que à reprodução da força de trabalho.

Assim, pode-se dizer que o que se viu até agora foi o apoio do governo federal ao agronegócio, com o objetivo de ampliar a sua fronteira agrícola. No entanto, está na hora de rever prioridades e compreender que o agronegócio movimenta a economia mas também exclui milhões de brasileiros.

Na Bahia, o estado desempenhou papel fundamental nas transformações que ocorreram no setor agropecuário a partir da década de 80. Não se pode afirmar que nas duas últimas décadas o governo baiano tenha implementado um planejamento nos moldes que se tratou neste trabalho. Mas pode-se dizer que, dada a heterogeneidade do meio rural baiano, tenha agido pontualmente no sentido de que o agronegócio, vertente principal de suas ações, pudesse se desenvolver no estado.

Mendonça (2004, p. 35-36) acredita que jamais a presença do poder público poderá ser substituída ou mesmo “enxugada” em nome de uma provável operação de lógica do mercado, lógica provada insuficiente nos últimos vinte anos, sequer para elevar o nível de educação da população. O fortalecimento do planejamento é, portanto, uma condição indispensável quando se trata de balizar o comportamento do mercado, para que os interesses de maximização de lucros não comprometam os objetivos que se impõem ética e moralmente, de se elevar o bem-estar social.

# REFERÊNCIAS


- ACCARINI, José Honório; COSTA, Otávio Gondim Pereira da. Desenvolvimento local integrado sustentável no Brasil (DLIS): reflexões. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Salvador: CPE, 1958.

- ALBAN, Marcus. **Transportes e logística:** os modais e os desafios da multimodalidade. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002. (Cadernos FLEM, 4).

- ALMEIDA, Rômulo. Repensando o Nordeste. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 34-42, set. 1992.

- AVENA FILHO, Armando. **Nordeste e Bahia:** os caminhos do desenvolvimento. Salvador: UCSAL, 1986.

- AVENA FILHO, Armando. **A Bahia na década de 90:** temas estratégicos. Salvador: CPE, 1990.

- AVENA FILHO, Armando (org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC/ Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002.

- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Industrialização e incentivos ficais na Bahia:** uma tentativa de interpretação histórica. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 1975.

- BAHIA 2020 – O FUTURO É A GENTE QUE FAZ. Disponível em **www.seplan.ba.gov.br**. Acesso em 02 jul. 2005

- BAHIA. Secretaria da Administração. **O processo de modernização do Estado da Bahia:** os avanços de uma década 1991-2001. Salvador: Secretaria da Administração / Escola de Administração da UFBA, 2002.

- BAPTISTA, Celeste Maria P. P. **A intervenção planejada do Estado**: uma interpretação do caso baiano. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 1978.

- BAPTISTA, José Murilo Philigret. **Bahia 2000/2003:** bons planos viabilizam resultados significativos. Salvador: SEPLAN / Assessoria de Assuntos Econômicos, 2004. (Texto para Discussão, n. 8).

- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por laurenciafernanda@yahoo.com.br em 05 Abr. 2001 .

- BRITTO, Elissandra A. de; CARNEIRO, Roberto F; HURST, Marlene A., PETITINGA, Luiz Alberto; PIMENTA, Antônio Carlos; SANTANA, Cilene Brito; VIEIRA, Luiz Mário R. Os novos investimentos na Bahia e o planejamento. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 33, p. 3-5, fev. 1997.

- CAFÉ, Tadeu D.; CARVALHO, Lúcia. Oeste baiano: as duas faces do capital. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: CPE/CEI, n. 2, p. 14-16, jul. 1994.

- CAFFÉ, Jorge Tadeu Dantas. A retomada do planejamento regional e o desenvolvimento sustentável. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 161-184.

- CARNEIRO, Roberto Antônio Fortuna. Avaliação: elemento vital e constituinte do planejamento e da gestão de resultados. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. Transformações recentes da agricultura baiana e a ação estatal. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: CPE/CEI, n. 4, p. 3-7, set. 1994.

- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. O setor agrícola baiano frente à nova realidade econômica do estado. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 17, p. 8-10, out. 1995.

- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. Perspectivas da produção agrícola baiana. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 22, p. 8-11, mar. 1996.

- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. Agropecuária na Bahia segundo os censos de 1985 e 1995/96: indicadores dos níveis de atividade econômica. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 52, p. 3-7, set. 1998.

- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. Informação, planejamento e instituições de pesquisa. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002a.

- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar; PESSOTI, Gustavo Casseb. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. **Dez anos de economia baiana.** Salvador: SEI, 2002b. (Série Estudos e Pesquisas n. 58).

- CARVALHO NETO, José Francisco de. A consolidação institucional do planejamento na Bahia. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- CERQUEIRA, Patrícia da Silva; SCHIMITZ, Arno Paulo. Determinantes da dinâmica e nível de ocupação da mão-de-obra rural na Bahia dos anos 90. In: **DEZ anos de economia baiana**. Salvador: SEI, 2002. p. 38-49. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

- COUTO, Regina Lúcia Braga de Alencar. **Disfunções do planejamento na Bahia**. Trabalho de conclusão de Curso (Especialização), UCSAL, Salvador, 1993.

- COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 9, n. 4, mar 2000.

- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Política agrícola?. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 20, p. 15-16, jan. 1996.

- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. As novas atividades agropecuárias. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 46, p. 12-16, mar. 1996.

- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Tendências da ocupação da mão-de-obra em atividades primárias na Bahia. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 52, p. 24-30, set. 1998.

- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária e irrigação: algumas tendências. In: BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana**. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 177-196. (Série estudos estratégicos).

- CRUZ, Arival Conceição da. Participação do crédito agrícola na produção de grãos na Bahia. In: BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Bahia, cenários de uma agricultura**. Salvador: SPA/SEAGRI, 2001. p. 57-76. (Série estudos agrícolas, 2).

- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

- FIGUEIRÔA, Edmundo; ANDRADE, Margarida. Agricultura na década de 90: preços, âncora verde e descapitalização. In: **DEZ anos de economia baiana**. Salvador: SEI, 2002. p. 25-33. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

- FILGUEIRAS, Vitor Araújo; MOURA, Antônio Plínio P. de. O agronegócio segue na contramão da tendência de crescimento da economia brasileira. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 111, p. 15-19, ago. 2003.

- FURTUOSO, Maria Cristina; GUILHOTO, José Joaquim Martins; SOUZA E SILVA, Gustavo de. **Conhecendo a agricultura baiana: da unidade produtiva ao**

**PIB do agronegócio**. Salvador: SPA/SEAGRI, 2003. p. 31-55 (Série Estudos Agrícolas, 4)

- GALBRAITH, John Kenneth. **O novo Estado industrial**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- GOMES, Gustavo Maia. Idéias para a modernização do Nordeste. **Bahia Análise e Dados**: Salvador, v. 2, n. 2, p. 16-23, set 1992.

- GOMES, Gustavo Maia. O Nordeste, o Desenvolvimento e o Estado: reflexão em três tempos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 1996, Salvador. **A reforma do Estado e o desenvolvimento do Nordeste na economia globalizada**. Salvador: CAR / SEPLANTEC, 1996. p. 91-100.

- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996.

- GUERRA, Oswaldo F.; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**: Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul 2000.

- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- OS INVESTIMENTOS agroindustriais na Bahia. In: BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana.** Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 251-256. (Série estudos estratégicos).

- KAPLAN, Marcos. A reforma urbana na América Latina. **Revista Planejamento na Bahia**, Salvador, v.2, n. 4, p. 455-483, jul.-ago. 1974.

- KLIASS, Paulo. A reforma do estado no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 1996, Salvador. **A reforma do estado e o desenvolvimento do Nordeste na economia globalizada**. Salvador: CAR / SEPLANTEC, 1996. p. 19-40.

- LAFER, Betty Midlin (org). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

- LUSTOSA, Paulo Henrique. A avaliação do PPA e do orçamento como instrumentos de gestão – os desafios para o governo do estado da Bahia. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- MACHADO, Gustavo Bittencourt. Estruturação agrária na Bahia. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 52, p. 31-40, set. 1998.

- MENDONÇA, Jackson Ornelas. Pesquisa, difusão de inovações tecnológicas e modernização da agricultura baiana. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 47-49, dez. 2001.

- MENDONÇA, Jackson Ornelas; TORRES FILHO, Pedro. Sustentabilidade na agricultura. In: AVENA FILHO, Armando (org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC/ Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002. p 257-288.

- MENDONÇA, Jackson Ornelas. Políticas públicas, território e inclusão social. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 32-36, jun. 2004.

- MENEZES, Vladson B.; UDERMAN, Simone. A atuação do estado no setor agroindustrial. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: CPE/CEI, n. 3, p. 3-4, ago. 1994.

- MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana**. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56. (Série estudos estratégicos).

- MESQUITA, Augusto Sávio. A participação do Estado no desenvolvimento da agricultura baiana. **Bahia Agrícola.** Salvador, v. 4, n. 3, p. 8-16, dez. 2001.

- MOURA, Antônio Plínio P. de; SOUZA, Ricardo L. S. Pereira. Perspectivas para a agricultura em 2004. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 116, p. 15-17, jan. 2004.

- NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI. Comércio exterior baiano: desempenho do setor agrícola. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 120, p. 3-6, mai. 2004.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986

- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- PAZ, Raul. Retomada do desenvolvimento: redefinindo o Estado. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: CPE/CEI, n. 6, p. 3-5, nov. 1994.

- PEDRÃO, Fernando. O planejamento inevitável: a defesa da capacidade de crescer. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 84, p. 12-14, mai. 2001.

- PEDRÃO, Fernando. O planejamento socialmente necessário. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas:** A política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 1999.

- PEREIRA. Luiz Carlos Bresser. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- PIMENTA, Ely de Oliveira Rosa. **A intervenção do Estado no desenvolvimento rural:** um estudo do projeto integrado de desenvolvimento da Bacia do Rio Paraguaçu – PIDERP. Salvador, 2001.

- PINHEIRO, José Moura. Globalização e planejamento na Bahia. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 28, set. 1996. p. 16-18.

- PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e território na Bahia**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 61).

- PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO BAIANO 2003/2007. Disponível em **www.bahiapesca.org.br**. Acesso em 17 fev. 2005.

- ROSSETTI, José Pascoal. **Política e programação econômicas.** São Paulo: Atlas, 1975. p. 65 – 104.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986

- SALES, Vera. Cacau: um novo caminho. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: CPE/CEI, n. 12, p. 12-14, mai. 1995.

- SALES, Vera. Agribusiness: novas perspectivas para os sem terra. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 17, p. 6-7, out. 1995.

- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia:** elementos de metodologia científica. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- SAMPAIO, Fernando Talma. **Conceitos introdutórios ao planejamento**. (Texto utilizado na disciplina Política e Planejamento Econômico, ministrada pelo Professor José Murilo Philigret Baptista na UFBA, em 2001). p. 41-50.

- SANTANA, Mercejane W. Gestão pública e planejamento estratégico. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 41, p. 14-17, out. 1997.

- SEI. **Mão-de-obra agrícola na Bahia**. Salvador: SEI, 2000. (Série Estudos e Pesquisas, 46).

- SEI. **Especialização da agricultura e organização do espaço agrícola no Estado da Bahia**. Salvador: SEI, 2001. (Série Estudos e Pesquisas, 54)

- SILVA, Paulo Pontes da. Centros de poder e mudança regional. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 2, n. 2, p. 72-77, set. 1992.

- SUERDIECK, Sidnei Silva. **O processo de implantação da Calçados Ramarim na Bahia:** considerações sobre competitividade e política industrial**.** 2001. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Economia, UFBA, 2001.

- SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista:** princípios de economia política marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

- TINBERGEN, Jan. **Desenvolvimento planejado.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- UDERMAN, Simone. O plano de recuperação do cacau e o modelo de desenvolvimento regional. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: CPE/CEI, n. 12, p. 9-11, mai. 1995.

- VIANA, João Aurélio Soares. **Protocolos: uma nova abordagem de política agrícola para dinamizar o agronegócio baiano**. In: BAHIA**,** cenários de uma agricultura. Salvador: SPA/SEAGRI, 2001a. p. 09-31. (Série estudos agrícolas, 2).

- VIANA, João Aurélio Soares. As transformações recentes na agricultura e as exportações agrícolas da Bahia. **Bahia Agrícola**. Salvador, v. 4, n. 2, p. 30-38, nov. 2001b.

- VIANA, João Aurélio Soares. A nova face da política agrícola baiana. **Bahia Agrícola.** Salvador, v. 6, n. 1, p. 62-68, nov. 2003.

- VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. Do plano ao mercado e ... quem sabe, de volta ao plano?. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, set 2002.

- VIEIRA, Luiz Antônio Ribeiro. A importância do planejamento para o crescimento econômico. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 101, p. 13-16, out. 2002.